



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1127, DE 2020

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para estabelecer a alternância nos cargos de presidente e vice-presidente dos órgãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e para estabelecer a forma de decisão e o voto de qualidade no âmbito daquele Órgão.

AUTORIA: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para estabelecer a alternância nos cargos de presidente e vice-presidente dos órgãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e para estabelecer a forma de decisão e o voto de qualidade no âmbito daquele Órgão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação acrescentando-se ainda o § 4 do art. 37 do mesmo Decreto, com a seguinte redação:

“**Art. 25**
.....

§ 9º Os cargos de Presidente das Turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, das câmaras, das suas turmas e das turmas especiais serão ocupados alternadamente, ora por conselheiros representantes da Fazenda Nacional, ora por representantes dos contribuintes, , assim como os cargos de Vice-Presidente serão ocupados alternadamente, ora por representantes dos contribuintes, ora por representantes da fazenda Nacional.

.....” (NR)

“**Art. 37**
.....

§ 4º No caso de empate nas deliberações das turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais, das câmaras, das suas turmas ou das turmas especiais, aplicar-se-á sempre a interpretação mais favorável ao contribuinte.”





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos apenas em relação aos processos protocolados após essa data.

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento comum, na área fiscal, a necessidade de reformulação do órgão responsável por proferir a última decisão do contencioso administrativo tributário federal. Essa função, como se sabe, é exercida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), criado pela Medida Provisória (MPV) nº 449, de 3 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, para reunir em um único órgão do Ministério da Fazenda o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Conselhos de Contribuintes.

A competência do CARF é a de julgamento de decisões de primeira instância proferidas pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ). Nos casos, por exemplo, em que o contribuinte não tem sua impugnação acolhida pela DRJ, o recurso a ser interposto é direcionado ao CARF para julgamento definitivo em âmbito administrativo.

O CARF exerce suas funções por meio do julgamento dos processos em seus órgãos colegiados, cuja composição é paritária. Nesse formato, metade dos conselheiros são representantes da Fazenda Nacional, designados entre Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. A outra metade é composta por representantes dos contribuintes indicados em lista triplíce elaborada pelas confederações representativas de categorias econômicas e pelas centrais sindicais.

O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, recepcionado pela Constituição de 1988 com força de lei ordinária, prevê que a presidência dos órgãos colegiados do CARF seja exercida por conselheiro representante da Fazenda Nacional, que, no caso de empate, tem a prerrogativa do voto de qualidade.

Como o voto de qualidade desempata o julgamento, esse poder atribuído exclusivamente a conselheiro representante da Fazenda Nacional



SF/20532.06274-12



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

desequilibra a interpretação da legislação tributária a favor do Fisco. Segundo pesquisa divulgada em artigo denominado “O voto de qualidade em números”, 100% dos votos de qualidade proferidos pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), última instância do CARF, entre dezembro de 2015 e 30 de junho de 2016, foram favoráveis à Fazenda Pública.

Há que se modificar, assim, essas regras que tornam o contencioso tributário federal, muitas vezes, um órgão de homologação da atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa é uma das intenções dessa proposta legislativa, por meio da qual é modificada a composição do CARF.

É afastada, pelo projeto, a exigência de que os cargos de presidente dos órgãos colegiados do CARF sejam ocupados por conselheiros com vinculação com a Fazenda Nacional. Em razão disso, abre-se caminho para que deixe de existir preponderância de decisões a favor do Fisco. Fomenta-se a independência do Conselho, com ganhos para a sociedade, que poderá contar com órgão neutro para solução das controvérsias tributárias.

Além disso, fica estabelecido que, em caso de empate, prevalecerá a interpretação mais favorável ao contribuinte, em linha com o disposto no art. 112 do Código Tributário Nacional.

Convicto da relevância da presente iniciativa, esperamos o apoio ao projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões

Senador **TASSO JEREISSATI**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto nº 70.235, de 6 de Março de 1972 - DEC-70235-1972-03-06 - 70235/72
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1972;70235>
 - parágrafo 9º do artigo 25
- Lei nº 11.941, de 27 de Maio de 2009 - LEI-11941-2009-05-27 - 11941/09
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11941>